

Perfil do professor da educação básica

Basic education teacher profile

Enio Freire de Paula

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo | Campus Presidente Epitácio – IFSP/PEP.

Presidente Epitácio | SP | Brasil. Contato: eniodepaula@ifsp.edu.br



CARVALHO, M. R. V. **Perfil do professor da educação básica**. Brasília: INEP, 2018. (Série Documental. Relatos de Pesquisa, n. 41).

Recebido em: 20 de outubro de 2018

Aprovado em: 6 de fevereiro de 2019

Em “Perfil do professor da educação básica” encontramos análises referentes aos dados extraídos dos Censos da Educação Básica¹ realizados nos anos de 2009, 2013 e 2017, nos quais aspectos contextuais e demográficos relacionados à formação/atuação docente são problematizados de modo dialógico e diacrônico. A obra integra as publicações² do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP e encontra-se livremente disponível para download no site do órgão.

¹ Dados a respeito das escolas, dos alunos e dos professores de todas as etapas da Educação Básica são coletados por meio do sistema Educacenso, no qual são obtidos dados a respeito de cada estudante, professor, turma e escola tanto da rede pública (municipal, estadual e federal) quanto da rede privada.

² Integra a coleção *Série - Relatos de Pesquisa*, uma linha editorial do INEP que divulga relatos de pesquisas financiadas pelo órgão. A obra que resenhamos está disponibilizada no endereço: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/inicio>>. Para acessá-la, clique na aba *Publicações* e na sequência em *Relatos de Pesquisa*.

Com o objetivo de traçar o perfil dos professores da Educação Básica (que compreende a Educação Infantil, Ensino Fundamental e o Ensino Médio), a autora se concentra em analisar elementos demográficos (sexo, idade, etnia, necessidades especiais) do contexto de trabalho docente (escolas, turmas, disciplinas, tipo de vínculo) e de sua formação (nível de escolaridade, pós-graduação, formação continuada). Como se espera de um estudo dessa natureza, a obra apresenta uma grande quantidade de informações bem organizadas em diversos gráficos e tabelas, por meio dos quais a autora problematiza os resultados. Convenientemente, em momentos distintos, as etapas de ensino, as dependências administrativas e as divisões regionais brasileiras foram consideradas como critérios para organização dos dados.

Embora seja organizada em nove seções **i)** estudos anteriores (análises de perfil de professores realizadas em estudos de outros autores); **ii)** descrição geral dos professores da educação básica; **iii)** sexo; **iv)** raça/cor; **v)** idade; **vi)** necessidades especiais; **vii)** formação; **viii)** contexto de trabalho; **ix)** considerações finais, optamos por relatar, nesta resenha, uma discussão articulada desses elementos. Essa escolha é intencional, pois acreditamos que estabelecer conexões e reflexões frente aos resultados apresentados é uma das pretensões (a priori ou a posteriori) dos pesquisadores que se dedicam a realizar (e se interessam por) estudos dessa natureza.

Na parte introdutória, a autora realiza conexões entre os elementos presentes nos documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) e os estudos realizados nos últimos anos (FANFANI, 2007; SOUZA; GOUVEIA, 2011; GATTI; BARRETTO, 2009; OLIVEIRA, 2004) que apresentam, entre outras intencionalidades, o interesse em compreender, problematizar e estabelecer conexões entre as realidades cotidianas vivenciadas pelos professores e as políticas públicas educacionais recentes.

Em uma análise diacrônica do quantitativo de professores brasileiros atuantes na Educação Básica no período considerado (dados dos Censos de 2009, 2013 e 2017), é perceptível um leve crescimento, embora não seja possível considerarmos efetivamente o número absoluto dos docentes apresentados na pesquisa (2.078.910) como um quantitativo real do total de professores, posto que nessa contagem aqueles que lecionam simultaneamente em diferentes etapas são contabilizados em cada uma delas. Esse detalhe é feito pela autora:

[...] algumas análises deste estudo consideram informações do professor como indivíduo e outras consideram informações referentes ao desempenho de sua função docente. Esses são conceitos importantes de se distinguir. Quando se trabalha com os dados do Censo Escolar é preciso fazer uma diferenciação entre os conceitos de docente e de função docente: i) quando se faz referência ao docente, está-se considerando a pessoa do professor, aquele que recebe um código específico de identificação pessoal no cadastro de professores do Educacenso; ii) quando se refere ao conceito de função docente, está-se referindo à atuação desse docente, na regência de classe (na data de referência da coleta dos dados), que pode se dar em mais de uma turma, em mais de uma escola, em mais de uma etapa etc. Ou seja, as estatísticas referentes a funções docentes podem contabilizar mais de uma vez o mesmo indivíduo (CARVALHO, 2018, p. 7).

Os resultados evidenciam que os professores brasileiros estão essencialmente na rede pública (77%) e atuando em escolas localizadas na área urbana (85%) (ambos os resultados se mantiveram praticamente estáveis no período considerado). As regiões Sudeste e Nordeste congregam o maior número de docentes, seguidas pelas regiões Sul, Norte e Centro-Oeste, respectivamente. Ao discutir as variações percentuais do número bruto de professores, a Educação Infantil apresenta grandes variações positivas em todas as regiões brasileiras. Esse fato, segundo a autora, pode indicar que a demanda de professores atuantes nesse seguimento está em expansão devido às políticas públicas de ampliação do acesso a essa etapa de escolarização. Por outro lado, os dados referentes ao quantitativo de docentes atuantes no Ensino Médio, com variável negativa, são interpretados como reflexos do abandono da profissão docente ou da diminuição do número de matrículas de estudantes, fatos que sinalizariam a menor procura por docentes atuantes nesse seguimento. Com isso, o número de docentes atuantes no EM é o menor dentre os atuantes na Educação Básica.

Ao inter-relacionar o número de professores, as dependências administrativas (escolas municipais, estaduais, federais e privadas) e os seguimentos da Educação Básica, conforme o esperado, evidenciamos que os municípios alocaram o maior número de professores atuantes na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Os estados, por sua vez, realizam essa façanha nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, fato que condiz com o explicitado na Constituição Federal e é inclusive, pontuado pela autora. Um fato não problematizado, que nos chamou a atenção, foi o crescimento do número de professores na rede federal: um salto de 2% em 2009 para 4,8% em 2017. Acreditamos que esse fator esteja diretamente relacionado à criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia³ em

³ Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia estão vinculados a SETEC (Secretaria de Educação Tecnológica) do MEC (Ministério da Educação) e fazem parte da Rede de Educação Profissional Pública no Brasil. Ela foi estabelecida em 2008, pela Lei nº 11.892.

2008, e sua conseqüente expansão nos últimos 10 anos; embora esse número ainda seja tímido quando comparado à totalidade de escolas estaduais que disponibilizam vagas nessa modalidade.

Os dados relacionados à questão de gênero são igualmente alarmantes. A participação feminina na docência, ainda que oscile em determinadas etapas, evidencia a presença maciça de professoras. De acordo com os resultados de 2017, as mulheres desempenham a docência em 96,6% nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 88,9% na Educação Infantil, 68,9% nos Anos Finais do Ensino Fundamental e 59,6% no Ensino Médio. Ainda que os números apontem para uma diminuição dessa diferença no decorrer da escolaridade, eles estão longe de equilibrá-la: as mulheres representam 81% do total de docentes brasileiros e esses números mantêm-se no comparativo por região. A autora, antes, durante e depois da discussão dos resultados apresenta diversos referenciais de estudos que problematizam essa questão no contexto da formação de professores, sinalizando a relevância desse tema para compreender as características das relações entre docentes e alunos no âmbito escolar.

Na seqüência, no decorrer da análise dos dados a respeito de raça/cor, há uma problematização reflexiva, a nosso ver intencional, por parte da autora, no sentido de inter-relacionar as características étnico-raciais da população brasileira (mediante dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE) com os dados dos perfis dos professores. Dentre as alternativas - *branca, preta, parda, amarela, indígena e não declarada* - destaca-se o expressivo percentual da última opção. Embora no decorrer temporal dos resultados esse número decresça, o número de indivíduos que indicaram a opção “não declarada” se mantém expressivo. A não declaração de raça/cor, tal como discutido pela autora, pode ser interpretada de diversas maneiras. Dentre as possíveis explicações indicadas no texto, figuram as dificuldades no processo de coleta de dados e também as perspectivas histórico-político-cultural dos indivíduos entrevistados. O confronto dos dados (IBGE *versus* pesquisa perfil dos professores) não evidencia a diversidade cultural brasileira. Segundo os dados, a predominância de docentes que se declaram brancos (42%), pardos (25,2%) e não declarada (27,3%) se destacam. Os que se declaram como pretos, amarelos e indígenas (4,1%, 0,7% e 0,6 % respectivamente) representam pouco mais de 5% quando somados.

Quando se trata do contingente de professores com necessidades especiais, a representatividade também é mínima. O número de professores que se declararam portadores de necessidades especiais caiu de 0,4% em 2013 para 0,3% em 2017 (vale destacar que informações

a esse respeito não foram consideradas na coleta de dados de 2009). Esse dado evidencia o quanto ainda é necessário investir em políticas públicas direcionadas à inclusão.

Em relação à idade dos professores, a autora confronta os resultados de suas análises com outros estudos, incluindo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos - Dieese, dos quais reúne um fator de extrema relevância: aproximadamente 80% dos docentes estarão em condições de se aposentarem no decorrer dos próximos 20 anos. É claro que esse resultado se pauta na interpretação da legislação previdenciária vigente, a qual, pelo que acompanhamos diariamente no panorama político brasileiro, permanecerá em estado de revisão na entrada do(a) novo(a) presidente. Entendemos que esse é um fator primordial na discussão de políticas públicas voltadas ao campo educacional, pois estão vinculadas não apenas à permanência (ou não) dos professores no exercício da docência, mas também a propostas e ações políticas assertivas para o fomento das novas gerações de professores.

Uma análise meramente quantitativa dos resultados referentes à formação dos professores, nos traz um cenário que pode ser considerado mediano na visão (a nosso ver, infeliz) de muitos brasileiros. A esse respeito, já no resumo da obra, encontramos

A escolaridade do professor é predominantemente de nível superior em todas as etapas de ensino – sendo que a maior parte é em licenciatura. Dos graduados, 36% são portadores de títulos de pós-graduação lato ou stricto sensu. A maior parte dos professores é concursada e leciona em apenas uma escola, 38% em uma única turma e 40% ministra uma única disciplina (CARVALHO, 2018, p. 5).

Isso não significa que o assunto não seja problematizado na obra; pelo contrário, ele é dentre os demais, o que mais ocupa espaço no livro. Devido a natureza do estudo, ao organizar os resultados relacionados à formação docente - reunidos em 10 tabelas e 8 gráficos - problematizar todos esses pormenores é uma tarefa hercúlea. Entendemos que a disponibilização das informações e as reflexões da autora frente a elas, é convidativa aos interessados nessa temática, a se aprofundarem em suas singularidades. E é nesse sentido que nos encaminhamos. Ao olharmos os resultados, em especial no tocante aos dados que não formam as maiorias, entendemos que muitos pontos devem ser destacados e problematizados.

Embora 78,4% dos docentes possuam formação superior, um número significativo de professores apenas concluiu o Ensino Médio (21,3%), além de encontrarmos uma pequena porcentagem, mas que devido ao grande número de professores, representa algo ainda mais perturbador: indivíduos atuando como professores com o Ensino Fundamental completo (3985) e

até com o Ensino Fundamental incompleto (1281) no exercício da profissão. Em uma leitura inicial, é possível conjecturar que esse quantitativo está relacionado aos docentes atuantes nas escolas rurais. Contudo, esse raciocínio é falho, pois as escolas da zona urbana concentram a maior parte desses professores sem formação superior. Esse é um dado que merece ser destacado. Outro destaque refere-se à natureza das instituições nas quais os professores se graduaram: as privadas são as mais citadas e no decorrer do período analisado, ultrapassando as públicas.

Ao observarmos os dados referentes ao forte crescimento da pós-graduação entre 2009 e 2017 (11,7%), dentre os docentes com formação superior, aproximadamente 36% possuem uma titulação, a maioria de especialização (95,4%); na sequência, encontramos mestrado com 4,1% e doutorado com 0,5%. É possível inferirmos, ao associarmos a ascensão das instituições privadas no contexto da formação com número de especialistas, que as instituições privadas ocuparam o espaço de ofertar cursos de especialização aos professores. Com base nesses dados, cumprir as metas do Plano Nacional de Educação (2014-2014) relacionadas ao avanço da titulação dos professores atuantes na Educação Básica é um grande desafio, como já pontua a autora.

Ao discutir os resultados referentes à formação continuada dos professores outros destaques a serem problematizados são as poucas experiências nesse sentido desenvolvidas com docentes atuantes nos Anos Finais do Ensino Fundamental e também no Ensino Médio. Além disso, os dados apontam que o quantitativo de cursos direcionados a temáticas específicas (como Educação Ambiental, Gênero e diversidade sexual ou Educação para as relações étnico-raciais afro-brasileiras) é irrisório.

A autora finaliza essa seção sobre a formação docente, comparando os dados brasileiros com pesquisas semelhantes realizadas na Europa e nos Estados Unidos e afirma: “Esses dados mostram que o Brasil segue a mesma tendência de outros países, ao caminhar para a formação superior de todos os professores, mas ainda está defasado com relação a esse objetivo” (CARVALHO, 2018, p. 50).

A parte final do livro traz os dados relacionados ao contexto de trabalho dos professores. Embora o quantitativo de docentes concursados na rede pública seja expressivo, o número de docentes não concursados atuando na rede pública estadual (36%) e municipal (26,2%) também impressiona. Ao relacionar o número de escolas em que os professores trabalham, vemos que é comum aos docentes da Educação Básica, independentemente da etapa em que atuam, trabalharem em mais de uma escola. No caso dos atuantes nos Anos Finais do Ensino

Fundamental e no Ensino Médio, agregado ao número de escolas, está a condição de atuarem em mais de seis turmas. As categorias “De 6 a 10 turmas” e “Mais de 10 turmas” juntas, agregam mais da metade dos docentes. Entendemos que esses condicionantes interferem no movimento de constituição da identidade profissional dos professores e merecem atenção dos pesquisadores do campo da formação docente, bem como nas reflexões/discussões a respeito do desenvolvimento/implementação de políticas públicas nessa direção.

Nas considerações finais encontramos o perfil dos atuantes na Educação Básica: mulher (81%), de raça/cor branca (42%) ou parda (25,2%) com idade média de 41 anos, atuando nas etapas iniciais da Educação Básica.

Os dados reunidos por Maria Regina Viveiros de Carvalho em “Perfil do professor da educação básica” revelam mazelas que possibilitam diversas problematizações investigativas. Leitura indispensável a todos nós, professores, por um motivo básico: visualizarmos o (triste) panorama educacional brasileiro e nos enveredarmos em refletir e buscarmos meios de lutarmos para alterar esse cenário, de modo a garantir a todos(as) os(as) professores(as) brasileiros(as) condições dignas de formação e trabalho.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

CARVALHO, M. R. V. **Perfil do professor da educação básica**. Brasília: INEP, 2018. (Série Documental. Relatos de Pesquisa, n. 41).

FANFANI, Emílio Tenti. **La condición docente: análisis comparado de la Argentina, Brasil, Perú y Uruguay**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.

PAULA, Enio Freire de. Perfil do professor da educação básica.

SOUZA, Ângelo Ricardo de; GOUVEIA, Andréa Barbosa. Os trabalhadores docentes da educação básica no Brasil em uma leitura possível das políticas educacionais. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Arizona, v. 19, n. 35, p. 01-19, dez. 2011.